

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO

GT 07 – PLANEJAMENTO E GESTÃO TERRITORIAL, BENS PÚBLICOS E PRIVATIZAÇÕES, EXPANSÃO URBANA E AS RELAÇÕES URBANO-RURAI

A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO URBANO PARA A GESTÃO TERRITORIAL E O CRESCIMENTO ORDENADO DA CIDADE

Fábio S. Santos¹
Caio Cezar Sales Machado²
Guilherme Andrade Freitas³
Ciro Mascarenhas Mato Grosso de Souza⁴
Kalil Meijon Diamantino⁵
Eduardo Souto Freitas Filho⁶
João Vitor Santos Rehim⁷

A urbanização de uma cidade, no contexto de uma gestão territorial, é vista enquanto processo que se desenvolve ao longo do tempo e se materializa no espaço, associa a si elementos vitais para que a dinâmica política, econômica e social seja compreendida.

Desse modo, pensar sobre o planejamento urbano e uma gestão territorial no contexto de um desses elementos, requer uma reflexão sobre as mudanças e influências que os planejadores vêm exercendo, mediante as políticas públicas, nos últimos decênios. Enquanto elemento de regulação e ordenamento do espaço urbano, o planejamento urbano interfere nos movimentos da cidade.

Assim, entende-se que o mesmo deve ser pensado em consonância com as características políticas, econômicas e sociais de cada localidade, considerando-se o crescimento acelerado das cidades face ao fluxo de pessoas da zona rural para a urbana o que provocou uma descentralização devido as grandes distâncias percorridas pelos habitantes e também porque esse crescimento trouxe novos costumes e necessidades a vida dessas pessoas.

Nesse contexto, enfrenta-se grandes desafios para conciliar a vida urbana voltada para o desenvolvimento ambiental, e conseguir preservar o meio ambiente. O objetivo consistiu em analisar a importância do planejamento urbano para a gestão territorial o crescimento ordenado da cidade.

¹ Doutorando em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa em Cidadania e do Núcleo de Pesquisa em Jurisdição Constitucional e Controle de Constitucionalidade (UFBA). Professor de Ciência Política e Direito Constitucional (UFBA). E-mail: fabiosantosdireito@gmail.com

² Graduando em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Email: caiomachado516@gmail.com

³ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: guilherme.freitas@ufba.br

⁴ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: ciromatogrosso@gmail.com

⁵ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: kaliildiamantino@gmail.com

⁶ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: eduardofreitas@ufba.br

⁷ Graduando em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Email: joaorehim.bi@gmail.com

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, envolvendo uma revisão de trabalhos científicos que versam sobre o tema. Os resultados obtidos indicaram que o planejamento urbano é um dos mais importantes documentos na construção de uma cidade que possibilite ao cidadão mobilidade, segurança, comodidade e vida digna.

As profundas transformações pelas quais o Brasil passou no século XX, foram inúmeras, principalmente no processo de formação e desenvolvimento de suas cidades, marcado pela intensa migração da população rural para a urbana. Esse processo não foi acompanhado de políticas públicas com capacidades de acomodar o fluxo de pessoas que se dirigem para a periferia das cidades, provocando grandes desequilíbrios sociais, econômicos e ambientais.

É partindo dessa conjuntura de desordenamento na concepção dos municípios que o planejamento urbano adquire importância, sendo concebido como instrumento legal para executar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e estabelece parâmetros e diretrizes da política e gestão urbana do Brasil, regulamentada em 2001.

É sensato salientar que essa regulamentação culminou com a aprovação da Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades, que estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem estar dos cidadãos e, ainda do equilíbrio ambiental.

A urbanização é um fato irreversível, condicionado, e efeito, pela revolução industrial, desde quando se percebeu que a migração campo-cidade ocorreu de modo acelerado, impulsionando o crescimento das cidades em planejamento, ocasionando irregularidades no adensamento populacional.

Vale salientar que a atividade de planejamento é uma constante na vida do homem desde a Antiguidade, quando este fazia e mesmo pessoalmente, os indivíduos planejam suas vidas. O planejamento é um meio para se atingir um determinado fim.

Assim, o processo de planejamento das cidades deve ser contínuo e acompanhar seu processo de crescimento. Logo, não pode estar a mercê das políticas públicas adotadas por políticos partidários e nem tampouco dirigidos a um número reduzido de municípios.

Desse modo, defende-se o planejamento urbano para que a cidade possa se desenvolver planejando o seu futuro, por meio da elaboração da Lei Orgânica Municipal, visando estabelecer e organizar o crescimento, o funcionamento, o planejamento territorial e urbanístico e que oriente as prioridades de investimentos, com a visão holística voltada para os anseios dos munícipes.

Nesse contexto, pergunta-se: qual a importância do planejamento urbano para a gestão territorial o crescimento ordenado de uma cidade? O objetivo geral consistiu em analisar a importância do planejamento urbano para a gestão territorial e o crescimento ordenado de uma cidade. Os objetivos específicos estabelecidos foram: discorrer sobre o conceito e o percurso

histórico do planejamento urbano; identificar as etapas do planejamento urbano; ressaltar as atribuições e responsabilidades do planejamento urbano à luz do Direito.

A relevância e importância do tema reside no fato de que a mobilidade sustentável é fundamental no sentido de otimizar o deslocamento e a utilização do sistema por parte do cidadão. Além disso, justifica-se ainda por se pretender oferecer aos planejadores urbanos subsídios para o desenvolvimento de um trabalho que venha minimizar os crescentes problemas sociais locais, resultando em melhorias na qualidade de vida da sociedade, em uma cidade mais planejada e conseqüentemente com uma estrutura dentro dos padrões exigidos.

A cidade configura-se como objeto de atração de pessoas e investimentos. No contexto contemporâneo, este potencial de atratividade progressivamente é mensurado em uma escala global, ou seja, a opção por um destino de visitação ou na aplicação de recursos que até bem pouco tempo ocorria no âmbito de alguns poucos centros nacionais, agora alcança um escopo planetário.

Assim sendo, o planejamento dos espaços urbanos deve considerar aspectos tangíveis e intangíveis da cidade que está se organizando. Necessariamente, deve-se compreender as pessoas que ali vivem, a forma como se relacionam entre si e com o espaço que ocupam, tendo um plano como instrumento orientador das diretrizes para produzir soluções viáveis às dificuldades de desenvolvimento urbano.

Entende-se a cidade como produto de intera o entre agentes sociais, pertencentes à iniciativa privada, ao poder público e a sociedade civil. Tal intera o ocorre para que a sociedade possa produzir um espaço que atenda suas necessidades. E somente através do planejamento urbano é que tais objetivos podem ser concretizados

O planejamento urbano para atingir os seus objetivos, não pode ter a raiz em uma única disciplina. Deve se articular na intersec o entre diversas áreas de conhecimento, com fundamentos, instrumentos e conteúdos que conduzam a um debate mais qualificado e a soluções mais eficazes na busca pela cidade sustentável.

Nessa perspectiva, o planejamento urbano adequado contempla o respeito ao meio ambiente, tendo em vista as necessidades dos presentes e futuros habitantes das cidades. Com efeito, a cautela para com as futuras gerações, que   t pica do direito ambiental, foi expressamente acolhida pelo direito urbanístico: o Estatuto da Cidade estabeleceu como diretriz geral da política urbana a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, a moradia, ao saneamento ambiental, a infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.

Mas esse ponto de encontro com o direito ambiental não esgota a base jurídica do planejamento, que também requer a análise e a aplicação de instrumentos t picos do direito constitucional, tributário, civil, econ mico e administrativo.

O fato é que o planejamento urbano é fundamental, pois é importante no controle do crescimento desordenado no contexto interno das cidades, em que este crescimento contribui para agravar as degradações do meio ambiente. O uso correto do espaço efetivado pelo planejamento urbano, oferece uma contribuição bastante significativa para a construção e crescimento ordenado de uma cidade, proporcionando a população qualidade de vida e saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. C. M. **A influência do planejamento urbano para a segurança de transito**. Artigo, 2008. Disponível em: <http://www.jus.com.br>. Acesso em: 19 de fev. de 2020.

BATISTA-JUNIOR, G. **A ordem urbanística como direito difuso**. Artigo, 2009. Disponível em: <http://www.jus.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 de abr. de 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.257/2001**. Estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulamenta a propriedade urbana e dá outras providencias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 03 de abr. de 2020.

BERTOLUCCI, L. M. M.; MATHIAS, A. L. **Planejamento Urbano do Século XXI: cidade para o homem ou para o veículo?** Artigo, 2010. Disponível em: www.cascavel.vitruvius.com.br. Acesso em: 10 de fev. de 2020.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

DIAS, C; DIAS, S. Ir. S.; FEIBER, F. N. MUKAI, H. CASCAVEL, **Um espaço no Tempo**: a história do planejamento urbano. Cascavel: Sintagma, 2005.

DIAS, A. C. de J. **Planejamento urbano e políticas públicas nas pequena e médias cidades**. Artigo, 2011. Disponível em: <http://www.jus.com.br>. Acesso em: 16 de maio de 2020.

HOFFMANN, R. C.; MIGUEL, R. A. D.; PEDROSO, D. C. A importância do Planejamento urbano para a ordem da Cidade. **Revista de Engenharia e Tecnologia**, v.3, n.3, dez./2011.

IRAZÁBAL, C.. **Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo**. Qual seu significado para a América Latina? Vitruvius. Arquitextos. Disponível em <http://www.cascavel.vitruvius.com.br>. Acesso em 15 de abr. de 2020.

QUEIROZ-JÚNIOR. **Planejamento Urbano**: atribuições e responsabilidades. Artigo, 2009. Disponível em: <http://www.portoimagem.wordpress.com>. Acesso em: 18 de abr. de 2020

MARCONDES, M. **Planejamento urbano**: existente ou inexistente. Artigo, 2011. Disponível em: <http://geografia.uol.br>. Acesso em: 18 de abr. de 2020.

NEGRINI, R. G. **Urbanização e a formação de favelas**. Artigo, 2009. Disponível em: <http://www.siemes.org.br>. Acesso em: 10 de mar. de 2020

SANTOS, R.F. **Planejamento ambiental**: teoria e prática. São Paulo: Oficina de textos, 2004.

SILVA,F.A. **Planejamento urbano: existente não existente?** Artigo 2003. Disponível em <http://www.portoimagem.wordpress.com>. Acesso em 13 de abr. de 2020.